



A Democradura Peruana

Alexandra Barahona de Brito

Em 28 de Julho de 2000, o Presidente Alberto Fujimori prestou juramento após os que foram os resultados eleitorais mais contestados nas Américas em muitos anos. Passados pouco mais de três meses, em 21 de Novembro, durante uma visita ao Japão por “um período de tempo indefinido”, Fujimori anunciou a sua renúncia, pondo fim prematuramente ao seu terceiro mandato consecutivo no poder e a dez anos de “democradura”, e levantando questões como a do futuro do sitiado sistema político peruano.

Eleito pela primeira vez em 1990 por uma esmagadora maioria no meio de uma crise económica e política causada pela hiperinflação e violência terrorista, Fujimori foi inicialmente aclamado como o “salvador” da Nação. Fazendo uma campanha populista, uma vez eleito, acabou por implementar uma política de choque económica, mais severa do que aquela alguma vez sonhado por Vargas Llosa, o seu contendor neo-liberal de 1990.

Durante o seu primeiro mandato de cinco anos, Fujimori viu-lhe creditados o refreio da curva de inflação, a reposição da economia peruana, e a derrota da praga do terrorismo. O início do seu segundo mandato, para



o qual também foi eleito com uma maioria, pareceu confirmar a sua reputação anti-terrorista. A crise dos reféns de 1996-1997 na residência do embaixador japonês com a sua ocupação por um grupo de terroristas, acabou com a derrota total destes últimos. Foi somente durante este segundo mandato que os peruanos se começaram a interrogar sobre qual o custo de tal “eficácia.” O que eles descobriram já era conhecido há já longo tempo pelas forças da oposição, pelos grupos de direitos do homem e pelos alvos dos serviços secretos militares. O preço foi a distorção severa das instituições democráticas do Perú e o pior 'récord' de violações dos direitos humano nas américas 'deste lado' do Muro de Berlim.

Qual é, então, o panorama para a democracia peruana agora que Fujimori está aparentemente decidido a permanecer indefinidamente no Japão? Começou a guerra pela sucessão. Tanto o primeiro como o segundo vice-presidente foram eliminados como potenciais candidatos devido à sua associação com o antigo regime. É possível que o novo Presidente do Congresso, Valentín Paniagua, que é também um respeitado constitucionalista, possa tornar-se presidente interino. Pela primeira vez desde 1992, as forças da oposição dominam o Congresso. Um novo procurador-geral foi nomeado; um independente que ordenou a investigação, por um procurador especial, das alegações contra Vladimir Montesinos. Novas eleições estão agendadas para Abril de 2001, dando aos peruanos a hipótese de uma competição livre e justa. Esta pode dar a



Alejandro Toledo a presidência que ele pretende ter-lhe sido fraudulentamente roubada nas eleições de Maio de 2000 e na igualmente fraudulenta segunda volta em Julho, resultando quer uma quer outra em mortes nas ruas de Lima.

Não obstante esta “abertura”, instituições vitais como a judiciária, a legislativa, a executiva, a militar e as forças policiais, bem como os partidos políticos e a imprensa, estão em estado tal que dificulta muito a consolidação da democracia. Nunca uma democracia forte, os dez anos de “Fujimorismo” deixaram o país político num estado lastimável.

A redemocratização implica limitar o poder militar e a corrupção no seio da instituição. O poder de Fujimori baseou-se nos militares, que prosseguiram uma batalha anti-terrorista com uma ferocidade que superou até aquela dos piores dias do regime militar chileno. No topo da hierarquia militar esteve Vladimir Montesinos, principal assessor presidencial (e por esse motivo conhecido como Rasputin) e chefe dos Serviços de Informações Nacional (SIN). Ele é acusado de acumular uma fortuna de mais de 48 milhões de dólares americanos em contas suíças e ser coordenador de esquadrões da morte para o rapto, tortura e morte de membros da oposição e muitas outras pessoas que se atravessaram no caminho do regime. Montesinos está neste momento fugido no Perú em parte incerta após um falhado pedido de asilo no Panamá. Apesar de agora admitir a culpa do seu Rasputin, até ao derradeiro momento Fujimori



defendeu Montesinos e negou a validade de quaisquer acusações contra ele.

A democratização implica também reformar o poder judicial, o qual, juntamente com a legalidade constitucional, foram vergonhosamente manipulada. A alteração da constituição para permitir uma terceira reeleição, e a impugnação e destituição em 1997 de três membros do Tribunal Constitucional por terem emitido um parecer questionando a constitucionalidade da terceira candidatura consecutiva para a presidência por Fujimori, é apenas um caso entre tantos. O Perú é um país onde os oficiais militares viram garantida a impunidade por grotescos crimes contra os direitos do homem, e onde os proclamados “tribunais sem rosto” que faziam os julgamentos “anti-terroristas” violavam os direitos processuais e as garantias até Outubro de 1997, quando finalmente foram abolidos. Centenas de pessoas injustamente acusadas de “assistência aos rebeldes” ainda definham na prisão. O procurador-geral foi completamente submisso ao executivo, protelando constantemente investigações sobre as alegações de corrupção contra Montesinos. (A alegação de que o antigo chefe dos SIN teria recebido 50 000 dólares americanos das mãos de um barão da droga em troca da utilização incólume das pistas de aviação nas selvas, para o transporte das drogas, é o exemplo mais conhecido). Na verdade, o Ombudsman ou procuradoria-geral é o único órgão



independente que se mantém, desempenhando um papel fundamental na defesa dos direitos do homem.

A reabilitação do poder legislativo é também um desafio para a democracia peruana. O Congresso tornou-se dependente do executivo a partir do auto-golpe de 1992, durante o qual esteve cercado por tanques e viu as suas garantias constitucionais suspensas. Aquilo que finalmente derrubou Montesinos foi a revelação de um vídeo, no qual oferecia 15 000 dólares americanos a um membro da oposição do Congresso para “mudar de lado”. Este e outros incidentes de intimidar ou comprar membros da oposição não se trataram de incidentes ocasionais, mas de prática sistemática. Uma das acusações de Toledo, principal opositor do governo, contra Fujimori foi a de ter comprado membros do Congresso para influenciar o resultado das eleições de Maio de 2000. O sistema político de partidos, desde sempre sem grande expressão no Perú, é também praticamente inexistente. Os partidos tradicionais praticamente desapareceram, e as coligações que lançavam novos líderes, como a *Avancemos* e o partido de Toledo *Perú Posible* substituíram partidos bem institucionalizados e programáticos.

No que diz respeito aos direitos humanos, o país foi alvo principal de queixas perante a Comissão Inter-Americana dos Direitos do Homem, pelas volumosas violações cometidas por agentes governamentais. A resposta de Fujimori foi a de retirar o Perú da jurisdição do Tribunal



através de uma votação, a 07 de Julho de 1999, no Congresso controlado por Fujimori. Outros direitos políticos e civis são constantemente espezinhados. Os limeños viveram sob estado de emergência durante 13 anos, até 06 de Junho de 1999. Até à data, as garantias constitucionais respeitantes à inviolabilidade domiciliária e à liberdade de movimentos continuam a ser limitadas em várias regiões, incluindo muitas onde os terroristas não estão activos. O SIN é largamente conhecido por ter coordenado uma campanha de intimidação contras jornalistas opositores, que foram frequentemente atacados fisicamente por se expressarem em termos desfavoráveis ao regime. E apesar dos elevados custos humanos da batalha de Fujimori contra o terrorismo, o *Sendero Luminoso* ainda continua activo, embora agora limitado aos departamentos de San Martín, Huánuco, Ucayali, Junín, e Ayacucho.

O preço do Fujimorismo para a democracia peruana é, portanto, muito alto. É de lembrar que, apesar do Perú ter sido incluído por líderes políticos na “família” das democracias hemisféricas, agora muito referem-se à “transição” que o Perú deve empreender. Isto leva-nos a perguntar: transição de quê? Claramente, o Perú não era uma democracia apesar da atitude complacente da maior parte da comunidade internacional. O voto popular deu o poder a Fujimori, mas e ele usou-o para abafar as instituições democráticas. Os presidentes autoritários parecem ter aprendido uma lição vital do período dos governos militares: é melhor



limitar ou mesmo destruir a democracia “legalmente” do que através de um golpe de Estado pela força militar. Chávez na Venezuela pode estar a aplicar a mesma lição.

Não sejamos complacentes com as aparências, chamando aos regimes eleitorais democracias. As eleições são somente a primeira condição para a democracia, mas nunca a sua realização. A 'democradura' peruana fornece-nos a prova cabal disso mesmo.